

ENCARTE CLACSO

CADERNOS DA

AMÉRICA LATINA XV

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* constituem uma iniciativa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe: Ruy Mauro Marini (Brasil); Agustín Cuevas (Equador); Álvaro García Lineira (Bolívia); Celso Furtado (Brasil); Aldo Ferrer (Argentina); José Carlos Mariátegui (Peru); Pablo González Casanova (México); Suzy Castor (Haiti); Marilena Chauí (Brasil); Florestan Fernandes (Brasil); Orlando Fals Borda (Colômbia); Mayra Paula Espina Prieto (Cuba); Edelberto Torres Rivas (Guatemala); Carlos Tünnermann Bernheim (Nicaragua); Daniel Mato (Argentina); Hugo Aboites (Brasil); Jaime Ornelas Delgado (México); Jorge Landinelli (Uruguai); Marcela Mollis (Argentina); Pablo Gentili (Brasil); Víctor Manuel Moncayo (Colômbia); Susana Novick (Argentina); Antonio Negri (Itália); Guillermo Almeyra (Argentina); Luis Tapia (Bolívia); Boaventura de Sousa Santos (Portugal); René Zavaleta Mercado (Bolívia); Rodolfo Stavenhagen (México); Milton Santos (Brasil); Silvio Frondizi (Argentina); Gerard Pierre-Charles (Haiti); Aníbal Quijano (Peru); e Juan Carlos Portantiero (Argentina) entre outros.

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* são publicados no jornal *La Jornada* do México e nos *Le Monde Diplomatique* da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha e Peru.

CLACSO é uma rede de 254 instituições que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 25 países: www.clacso.org

Coordenação editorial: Emir Sader | Edição brasileira: Silvio Cezar de Souza Lima

Dossiê Haiti

No dia 12 de Janeiro deste ano, uma grande tragédia se abateu sobre o Haiti. Um terremoto de alta magnitude arrasou o país, deixando milhares de mortos, feridos e desabrigados. A catástrofe fez com que o mundo voltasse seus olhos para o país, iniciando assim uma grande rede de solidariedade. Por outro lado, o sismo também traz à tona a reflexão sobre os processos que o levaram a uma grave condição em que se encontra. Desnudou os séculos de abusos, desmandos e descaso a que foram submetidos os haitianos.

Esta edição dos Cadernos é um convite a reflexão sobre o passado, o presente e o futuro do Haiti. Três intelectuais discutem o tema: Pablo Gentili faz um excelente estudo sobre a situação da educação naquele país, Eduardo Galeano nos mostra como a história do Haiti está intrinsecamente ligada à história do racismo ocidental, e finalmente, Suzy Castor faz um emocionante relato sobre os sofrimentos dos últimos dias e nos aponta os caminhos para um outro futuro possível.

A educação no Haiti: do abandono ao caos

Por Pablo Gentili*

OHaiti está em ruínas. O sistema educacional do país está entre as instituições mais afetadas como consequência do recente terremoto que deixou mais de 200 mil mortos e um vendaval de calamidade. As informações fornecidas pelo governo local e por agências internacionais relatam a destruição física de mais da metade dos estabelecimentos educacionais nacionais, a morte de centenas de docentes e funcionários das escolas, além de milhares de alunos de todos os níveis do sis-

tema. O Ministério de Educação também sofreu graves danos e a perda de técnicos e administradores que trabalhavam na gestão educacional.

O sistema escolar haitiano é a marca emblemática de uma nação em colapso.

A educação do Haiti está em ruínas. A ajuda internacional se dispõe a oferecer condições para sua reconstrução. O empenho de um importante número de agências de cooperação, governos, organizações não governamentais, igrejas, movimentos sociais e

universidades do mundo todo é valioso e permite mobilizar o que talvez seja o volume mais importante de recursos econômicos já reunido pela ajuda externa como resposta a uma catástrofe. Poucos dias após a tragédia, indica-se que poderão ser arrecadados cerca de 20 bilhões de dólares de forma direta ou indireta pela comunidade internacional. Entretanto, todo esse esforço corre um grande risco de terminar em fracasso e frustração, prepotência e arrogância, caso seja desprezada ou desconsiderada a

situação vivida pela educação nacional no dia 11 de janeiro, véspera do terremoto que acrescentou um novo capítulo de desolação e morte à história do país. Essa prepotência e arrogância internacionais são conhecidas pelo Haiti desde que o país teve a impertinência de declarar sua independência da França, em 1804. Entender as condições que o sistema educacional haitiano enfrentava antes do abalo talvez possa contribuir para que uma de suas mais prováveis consequências deixe de ameaçar a já castigada população: o fracasso de novas promessas de bem-estar que consomem milhões de dólares e sepultam milhões de ilusões.

Após o terremoto, a educação haitiana se encontra, assim como o país, no mais absoluto caos. Antes dele, estava simplesmente abandonada.

Raízes do abandono

Se o Haiti de hoje parece estar condenado ao esquecimento, a história haitiana costuma ser desprezada pelos que reduzem os processos históricos latino-americanos a uma sucessão de atos heroicos comandados por homens ilustres. Assim, ignora-se que esta foi a primeira nação latino-americana e caribenha a obter independência de um império colonial e a primeira do mundo a abolir a escravidão.

A euforia que invade nossos países pelas comemorações do bicentenário deveria ter começado há alguns anos, quando se completaram dois séculos dessa luta pela liberdade. Um acontecimento que parece hoje, de certa forma, incompreensível: um contingente de escravos venceu as tropas de Napoleão Bonaparte e assentou na América Latina os princípios do reconhecimento igualitário entre os membros de uma nação: virtude que quase todos os países do continente reconheceram formalmente somente meio século depois, e o Brasil nada menos que 84 anos mais tarde.

Essa impertinência custou caro aos haitianos. A França estabeleceu severas sanções econômicas a sua ex-colônia, impondo o pagamento de 150 milhões de francos-ouros como uma espécie de indenização. Os Estados Unidos, nação também independente, tentando evitar que a insolência haitiana se expandisse como uma peste também impôs sanções econômicas à nova nação, demorando mais de meio século para reconhecer a legitimidade de seu governo. O valor da sanção talvez perca dimensão em sua perspectiva histórica. Bill Quigley (2010) recorda com propriedade que a França vendeu todo o território da Luisiana aos Estados Unidos por um pouco mais da metade desse valor: 80 milhões de francos. Na ocasião, Napoleão se desfez de uma extensão territorial que superava dois milhões de quilômetros quadrados do que hoje são os estados de Arkansas, Misuri, Iowa, Oklahoma, Kansas, Nebraska, Minnesota e as Dakotas do Sul e do Norte; no total, a quarta parte do atual território norte americano, além dos estados de Alberta e Saskatchewan no Canadá. Não deveria ser motivo de surpresa que um território 80 vezes maior que o do Haiti custasse a metade do valor imposto à pequena ilha como pagamento por sua dignidade. Afinal, o poder colonial mede o valor das penalidades pela eficácia que essas terão em infringir sofrimento e penúria aos povos.

O castigo Francês contra o Haiti constituiria hoje algo mais do que 21 bilhões de dólares, valor superior a toda a ajuda internacional que prometem, depois do terremoto, os países, organismos internacionais, igrejas, ONGs, movimentos sociais, sindicatos e universidades. Calcula-se que a dívida com a França só foi finalmente paga pouco antes de 1948, quase 150 anos depois da independência.

Mas o Haiti não foi apenas o primeiro país autônomo, sem escravidão e estruturalmente endividado da América Latina e do Caribe, foi também o que teve a primeira lei de educação obrigatória. Esses es-

cravos impertinentes e corajosos sabiam que para livrar-se da opressão era preciso dominar as ferramentas do saber, construir escolas, educar o povo para fazê-lo soberano. Sabiam de tudo isso e refletiram sobre a necessidade de um sistema educacional que se adiantou em várias décadas ao que logo seria identificado pela historiografia oficial como o farol iluminista do Sul das Américas, onde seria engendrada a fundação dos modernos sistemas escolares da região. Eles sabiam de tudo isso e pensaram sobre tudo isso, mesmo que as guerras internas e os delírios protoimperiais de quem havia lutado pela independência parecessem conspirar contra esta possibilidade. Alexandre Pétion, um dos autores da luta anticolonial, presidente do país entre 1807 e 1818, prometeu escolas para todos os homens e mulheres livres do Haiti. No entanto, ao término de seu governo, o país contava com duas escolas de saúde, um instituto e uma escola de primeiro grau para homens (Louis, 2010).

As limitações impostas pela precoce dívida externa foi somada a persistente incapacidade dos governos haitianos em fazer de seus horizontes de liberdade uma realidade efetiva. A instabilidade política e as contendas internas, que costumavam sacrificar a vida dos ocasionais governantes, impediram a edificação das bases de sustentação de um sistema educacional universal e progressivamente democrático. Passada a primeira metade do século XIX e depois de dez governos de diferentes presidentes, reis, imperadores e ditadores, a educação haitiana era quase insignificante se comparada à conquista da liberdade que o processo de luta anticolonial havia significado. Em 1860, sobre o governo de Fabre Nicolas Géffrard, o Estado haitiano assina um tratado com a igreja católica para o desenvolvimento e criação de escolas em todo o país. Teria início, assim, o processo de privatização do sistema educacional nacional, beneficiado pelas vantagens oferecidas ao clero: promoção para a abertura de escolas confessionais, doação de terrenos, subsídios para o pagamento de docentes e outras contribuições que foram definindo a fisionomia de um sistema escolar marcado pelo crescimento das instituições particulares e o abandono estatal, uma característica que se mantém até hoje.

A privatização do sistema educacional avançou, então, de forma sustentada, mas os ideais universalistas que haviam sido imaginados pelos pais da pátria não tiveram avanços. No centenário da independência, dos 350.000 meninos e meninas em idade escolar, somente um pouco mais de 30.000 frequentavam uma escola pública ou particular.

Um sistema educacional abandonado à própria sorte, em um país que transitava entre o naufrágio e a opressão.

Para alguns, um país sem sorte.

A política do abandono

No começo do século XX, menos da metade dos meninos e meninas haitianos frequentavam a escola.

Entre 1915 e 1934 o país foi ocupado pelos Estados Unidos. Os motivos para essa ação foram os mesmos que as potências coloniais sempre apresentam para justificar seus abusos. No entanto, além de aprofundar o processo de degradação econômica vivido no país, a ocupação significou uma drenagem sistemática dos recursos haitianos para os cofres de seus invasores. Uma verdadeira apropriação que se garantiu mediante o controle norte americano das fronteiras, a cobrança de impostos e a depreciação de todos os bens rentáveis existentes no país.

A ocupação trouxe muito mais prejuízos do que vantagens para a população haitiana, como costuma ocorrer quando o governo dos Estados Unidos decide fundar, pelas mãos de seu exército e de sua tecnocracia, o reino da liberdade e do progresso para além de suas fronteiras. O crescimento do sistema

educacional seguiu em um ritmo lento, agonizante. Enquanto a privatização escolar, ao contrário, crescia em ritmo acelerado, sendo já na segunda década do século XX praticamente irreversível. Como modesta contribuição para o futuro educacional do país, a ocupação norte-americana estruturou em 1926 a Escola de Medicina. Uma minúscula contribuição para um país que, ainda hoje, tem uma das expectativas de vida mais baixas do mundo e se arrasta, desde sempre, com péssimas condições de saúde entre sua população. Nada de novo debaixo do sol do Caribe. Os Estados Unidos passaram como um ventalho, levando tudo que era de valor que se interpôs em seu caminho, violando direitos e dignidades, deixando algumas placas de bronze na tentativa de esconder o brilho do sol com as mãos. A educação haitiana devem muito à ocupação norte-americana do que a comunidade educacional norte-americana de ontem e de hoje devem a este pequeno e maltratado país. Em 1934 termina a invasão dos Estados Unidos ao Haiti, embora a ocupação se mantenha até nossos dias, com uma permanente presença e intervenção militar no país e com uma casual, paternalista e quase sempre ineficaz colaboração em recursos que, no campo educacional, apenas consolidou os processos de privatização e o desprezo estatal pelo direito à educação de todos os haitianos.

Em meados do século XX, o Haiti receberia ajuda norte-americana para “saudar” sua dívida com a França e, poucos anos mais tarde, em 1957, receberia o considerável apoio político que levou a dinastia Duvalier ao governo da nação e a manteve no poder até 1986. Uma ditadura brutal e sangrenta, corrupta e assassina, mas suficientemente útil e necessária para revestir de anticomunismo esse pedaço do Mar do Caribe, tão próximo ao temido inferno cubano, tão distante dos direitos humanos mais fundamentais e do respeito à vida. A ditadura dos Duvalier matou milhares de haitianos, multiplicou a dívida externa quase 20 vezes, saqueou os cofres públicos aumentando a fortuna da família ditadora em mais de 900 milhões de dólares; empobreceu e produziu o processo de expropriação educacional mais brutal do qual se tem conhecimento no continente, diante da indiferença do olhar de cumplicidade dos governos de algumas das nações mais desenvolvidas do mundo. Os Duvalier fugiram do Haiti com milhões de dólares em suas malas, milhares de mortos grudados na sola de seus sapatos e deixando um sistema educacional que se transformaria no mais privatizado da região.

Não se trata de um paradoxo, mas de uma cruel evidência: o país mais pobre das Américas, um dos mais miseráveis do mundo, é justamente o que possui o sistema escolar mais privatizado de todo o continente, com 90% de suas escolas sob o comando das igrejas, ONGs e pequenos empresários, com mais de 80% da população escolar estudando nelas.

Não se trata de um paradoxo. Trata-se de uma política que faz do abandono e do desprezo à dignidade humana sua missão de maior valor.

A persistente transição do abandono ao abandono

Os acontecimentos que se seguiram na história recente do Haiti podem não ser plenamente conhecidos, embora com certeza haja suspeitas. A instabilidade política e o conturbado cenário interno continuaram aprofundando-se. Uma insurreição popular finalmente derrubou a dinastia ditatorial em 1986, expulsando Duvalier Jr. do país (O Baby Doc, como era internacionalmente conhecido, foi exilado na França gozando da imunidade e dos benefícios oferecidos pela fortuna do povo haitiano expropriada por ele e por seu pai). O governo foi assumido por uma junta militar comandada por um aspirante a ditador, Henry Mamphi, até que, em janeiro de 1988, depois de um processo eleitoral mui-

to questionado, Leslie François Manigat se transformaria no 36º mandatário do país. Seis meses depois, Mamphi, fazendo uso de uma cerimônia militar muito frequente na região, considerou que era sua hora de governar e derrubou o frágil Manigat. A ambição de Mamphi durou pouco para ele e muito para os haitianos. Três meses mais tarde, o presidente de fato foi destituído por um conspirador profissional e, como não podia deixar de ser, militar de carreira: Prosper Avril, que se manteve no poder durante um ano e meio, sendo deposto por outro militar, o general Hérard Abraham, Comandante Chefe das Forças Armadas, o qual nomeia uma mulher para a presidência provisória do país pela primeira vez, Ertha Pascal Trouillot, juíza da Corte de Cassação e responsável pela organização das esperadas eleições livres.

Em dezembro de 1990, o povo haitiano votou.

Jean-Bernard Aristide se transformou, então, no primeiro presidente democraticamente eleito, com um avassalador apoio popular, 186 anos depois da independência do primeiro país abolicionista do mundo. Aristide havia sido um destacado sacerdote adepto da teologia da Libertação e, embora tenha conseguido escapar de várias tentativas de assassinato comandadas pelos grupos militares ou paramilitares, não pôde evitar ser expulso da Ordem Salesiana, que o considerava um incômodo, em 1988. As perspectivas e esperanças abertas no Haiti eram, sem dúvidas, enormes. Entretanto, mais uma vez, os anseios de felicidade duraram pouco. Depois de um mês na presidência, o governo de Aristide sofre a primeira tentativa de golpe militar e, antes de concluir um ano de mandado, é destituído por Raoul Cedras. Herdeiro de toda prepotência militar exercida no país, Cedras lidera a Junta Militar até 1994, fazendo uso de um triunvirato de marionetes que ocasionalmente exerceram a presidência durante este período: Joseph Nérette, Emile Jonassaint e Marc Bazin. Este último havia sido funcionário do Banco Mundial e um dos candidatos que havia disputado as eleições contra Aristide, recebendo um amplo apoio dos Estados Unidos através da National Endowment for Democracy (NED). Em 1990, a truculenta NED, nascida graças ao apoio do Presidente Ronald Reagan em 1983 e cuja função real sempre foi a desestabilização dos governos progressistas e democráticos na América Latina e no Caribe, contribuiu para a campanha de Bazin com nada menos do que uma modesta ajuda de 40 milhões de dólares. Foi como lançar pérolas aos porcos. O candidato norte americano obteve somente 12% dos votos. Meses mais tarde, exerceria seu destino histórico como bobo da corte do regime militar, até que, com a ajuda do próprio governo norte-americano, Aristide volta à presidência num contexto de grande instabilidade e brutal violência política. Em 1995, são realizadas novas eleições presidenciais, vencidas por René Garcia Preval, primeiro ministro e companheiro de exílio do ex-padre salesiano, com 88% dos votos.

Contudo, os caminhos da política haitiana são sinuosos e complexos, altos demais para quem deseja transitar por eles através dos lugares planos, e dotados apenas de uma racionalidade linear e previsível. Aristide voltou ao poder depois de novas e questionadas eleições nacionais, no ano de 2001, agora mais próximo de Cuba e Venezuela do que dos Estados Unidos, mais interessado em atender às demandas das maiorias pobres e excluídas do que prestar atenção às exigências dos tutores coloniais que sempre guiaram os rumos do país. Entretanto, nada disso se conseguiu realizar. A violência política se estendeu a níveis extremos. A crise econômica não deixou de crescer, aumentando ainda mais os níveis de desigualdade e miséria. Uma nova conspiração voltaria a ser engendrada. Se Aristide havia retornado do exílio com a ajuda norte-americana, com a mesma ajuda norte-americana ele volta a ser retirado do governo e do país em fevereiro de 2004. O único presidente que

alguma vez soube semejar esperanças parte para um novo exílio, desta vez na África do Sul, deixando um vendaval de mortos, rebeliões e conflitos de grupos paramilitares e militares, policiais e milícias, com uma população indefesa e submetida aos mais brutais abusos. O país estava em ruínas, como quase sempre esteve durante o último século.

Assume o poder Boniface Alexandre, juiz da Suprema Corte. Em 30 de abril desse mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU estabelece a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Em maio de 2006, René Preval volta a assumir o enfraquecido governo. Desde então, as temporadas de furacões de 2007 e 2008 devastaram a ilha. Os furacões Noel, Ike, Gustav e Hanna deixam centenas de mortos. Em 12 de janeiro de 2010, um apocalíptico terremoto destrói 200 mil vidas, boa parte da precária infraestrutura nacional e quase todas as esperanças de poder fazer do Haiti uma terra de felicidade e bem-estar para os haitianos. Em uma de suas desorientadas e chocantes declarações públicas depois da tragédia, o presidente Preval sugeriu que era melhor que seus concidadãos abandonassem de uma vez o que sobrava do país.

O que aconteceu com a educação neste período marcado pelas ditaduras, as intervenções externas e internas, a corrupção, a violência e a miséria, a interminável, profunda e dolorosa miséria dada ao povo haitiano?

É necessário reconstruir o Haiti com os haitianos, com suas organizações democráticas e populares. Fundar outra vez, a partir do povo e junto ao povo, essa nação autônoma que não acabou de nascer, porque não permitiram. E a educação pode ser uma boa forma de fazê-lo

Como mencionamos, a ditadura de Duvalier deixou uma herança de privatização educacional, brutal evidência de sua persistente violação dos direitos humanos, da militarização do Estado e da expropriação quase ilimitada da riqueza nacional. As breves administrações civis de uma democracia sempre tutelada e frágil não progrediram em quase nada para reverter esta tendência. Nem sequer conseguiram reverter as ofensivas de contrarreforma autoritária executadas pelas intervenções militares e pelo desgoverno dos poderes provisórios que se instituíram no país desde meados dos anos 80. Com a queda de Duvalier, longe da consolidação de políticas públicas democráticas e geradoras de um mínimo de bem-estar para a maioria da população excluída, aprofundaram-se ações orientadas a “liberalizar” a economia, privatizar os precários serviços públicos existentes, reduzir o gasto social e estimular “alianças” com o setor privado para dotar o raquítico Estado haitiano de maior competitividade e dinamismo na economia regional. O Haiti, prometiam, poderia se transformar na Taiwan do Caribe. Dessa forma, as melhorias necessárias no campo social seriam a consequência inevitável da modernização econômica, algo que, logicamente, nunca ocorreu.

As políticas nacionais têm sido mais do que limitadas para atender a enorme dívida social existente no país. A ajuda externa tem navegado entre as inócuas receitas para reverter a crise, o esbanjamento, a corrupção e a inoperância da burocracia nacional, assim como a ampliação de um endividamento externo que o Haiti conhece desde que teve a impertinência de declarar sua independên-

cia há mais de 200 anos atrás e foi, como afirma Eduardo Galeano, “Jogada no lixo, como eterno castigo à sua dignidade”.

A educação no abismo

O Censo Nacional de 2006 revelou as carências de uma população de 8,4 milhões de pessoas, quase todas elas em estado de pobreza extrema. Hoje, com quase 10 milhões de habitantes, o Haiti tem indicadores sociais alarmantes que o posicionam entre as nações mais pobres e desiguais do planeta: altas taxas de mortalidade materna (523 mulheres morrem a cada 100 mil partos), 1 de cada 8 meninos e meninas morre antes de completar cinco anos de vida e 1 de 14 antes de completar um ano; a expectativa de vida é de 59 anos para homens e de 63 para as mulheres. A taxa de alfabetização da população adulta não chega a 60% e a dos meninos e meninas que frequentam um estabelecimento educacional não supera os 50%. Mais de 500 mil meninos e meninas em idade escolar nunca pisaram numa escola.

A falta de alimentos e o esvaziamento da capacidade produtiva do país comprometem o desenvolvimento da infância, colocando milhões de meninos e meninas numa situação precária extrema no acesso aos bens fundamentais para sua sobrevivência. A desnutrição infantil e a falta de prevenção não apenas sacrificam a vida de centenas de meninos e meninas a cada ano, mas também condicionam severamente as oportunidades educativas daqueles que têm acesso ao sistema escolar. Menos de 75% dos meninos e meninas são vacinados contra a tuberculose, 53% contra a difteria e o tétano, 52% contra poliomielite, 58% contra o sarampo e quem sabe quantos poucos contra a hepatite B.

No Haiti, os direitos da criança são pisoteados cotidianamente diante do olhar indiferente de seus governantes e da incompetência cúmplice de alguns organismos internacionais que, como o Banco Mundial e o Fundo Internacional, têm promovido políticas de ajuste que não tem feito outra coisa além de aprofundar as condições de miséria e abandono nos setores mais vulneráveis da população.

A escola pública é quase inexistente e, como afirmamos anteriormente, mais de 80% dos meninos e meninas escolarizadas frequentam uma escola particular. Estas quase sempre possuem péssimas condições de infraestrutura e nem sequer podem ser reconhecidas como estabelecimentos escolares pelos casuais visitantes de Porto Príncipe que as observam. Na verdade, antes do terremoto, um passeio pelas ruas da cidade permitia identificar que dezenas de escolas funcionavam em galpões ou no segundo andar de construções altamente precárias, misturadas com moradias e negócios, sobrepostas, espremidas, em ruínas antes mesmo que se anunciasse que a cidade de Porto Príncipe havia sido destruída por causa do tremor de terra.

A escola particular tem um custo muito alto. O país gasta menos de 2% do seu PIB em educação, sendo 65% dos gastos educacionais sustentados pelas famílias haitianas, de acordo com um relatório da Coordenação Haiti-Europa (Louis, 2010). O custo médio de uma escola pré-escolar haitiana está entre 70 dólares anuais e o de uma escola de primeiro grau 160 dólares. Um valor desmedido num país com uma renda per capita média de 414 dólares. Em outras palavras, enviar uma criança à escola de primeiro grau consome 40% da renda anual média de um adulto haitiano, supondo que este possui algum tipo de renda. Considerando que mais de 30% da população não possui emprego formal ou informal, que não existem políticas assistenciais que financiem a falta de recursos derivados da inexistência de uma renda trabalhista e que somente 10% das escolas nacionais são públicas, é inevitável reconhecer a trágica insignificância do direito à educação para as famílias mais pobres no Haiti.

Por outro lado, como em todos os países latino-americanos e caribenhos, os benefícios educacionais, como a riqueza, são distribuídos de maneira muito desigual. Dos meninos e meninas que não frequentam a escola, quase 75% pertencem aos dois quintos mais pobres da população, um dado que se intensifica muito mais nas zonas rurais e, particularmente, entre a população feminina.

A reconstrução da escola pública parecia ser uma urgência democrática e um imperativo ético no Haiti, ainda que não pareça ter sido para o Banco Mundial, já que um de seus projetos, antes do terremoto, consistia em financiar as matrículas de 100 mil crianças haitianas que cursavam seus estudos em mil escolas particulares de todo o país. Certamente também não parecia ser uma prioridade do governo nacional que, em 2006, gastou a quantia irrisória de 82,9 milhões de dólares no financiamento educacional público, sendo menos da metade aplicado no ensino fundamental. As famílias pobres haitianas que não tiveram a sorte de contar com o subsídio oferecido pelo Banco Mundial deveriam arcar com algo mais que 270 milhões de dólares que foram necessários para escolarizar seus filhos e filhas. Um dado assustador, principalmente se considerarmos que mais da metade da população sobrevive com menos de um dólar por dia e quase 80% com dois dólares; onde os 20% mais ricos concentram mais de 60% da renda nacional e os 20% mais pobres concentram apenas 2% da renda nacional. Em outras palavras, enquanto o Estado gastou menos de 2% do seu PIB em educação, as famílias gastaram cerca de 9% do PBI para garantir a escolaridade da metade das crianças que frequentam a escola. A outra metade simplesmente não a frequenta.

O primeiro país da América Latina a possuir uma lei de escolaridade obrigatória não estabelece nem garante, ainda hoje, a gratuidade da educação em sua legislação nacional.

É nesse contexto que qualquer debate sobre a qualidade da educação, das condições de aprendizagem e ensino nas escolas, dos procedimentos e métodos de instrução, dos currículos e dos livros didáticos, pode parecer irrelevante. No Haiti formam-se pouco mais de 350 docentes por ano. Pode-se falar aqui de algo similar à “formação docente”? Por sua vez, o sistema universitário, altamente precário e frágil, produz profissionais que rapidamente abandonam o país, fugindo para a República Dominicana e, quando podem, para o Canadá, Estados Unidos ou França. Quase 85% dos haitianos com nível superior de educação saíram do país nos últimos anos, segundo dados proporcionados pelo SELA.

O tamanho do abismo que separa o sistema escolar haitiano dos valores e princípios democráticos que fazem da educação um direito, não parecem ter tirado do autismo os governos locais e as agências internacionais mais inclinadas a ver a infância como um mero produto de exportação destinado a satisfazer as carências afetivas de solidárias famílias estrangeiras, do que a vê-la como um sujeito de direitos plenos e efetivos.

O abandono se alimenta de uma política indiferente ao sofrimento de milhares de meninos e meninas que, assim como seu país, são vistos como objetos de expropriação, ou como sucatas que só pesam quando se está às portas de um naufrágio que por vezes se torna visível, apenas quando a terra treme.

Caos e reconstrução

O terremoto de 12 de janeiro de 2010 destruiu a educação haitiana, a qual já se encontrava em ruínas. Entulhos sobre entulhos, destruição sobre destruição. O tamanho dos desafios encontrados é tão grande como as carências que desde antes do abalo estavam em evidência, embora estivessem silenciadas ou menosprezadas por parte dos governos locais e da chamada comunidade internacional, hoje

tão visivelmente comovida diante da tragédia.

Durante os dias que sucederam ao desastre, um eco reproduziu tanto no norte como no sul: abre-se agora a possibilidade de uma reconstrução duradoura. No entanto, para que isso seja possível, não parece ser um bom caminho desprezar a experiência da má cooperação exercida por alguns organismos internacionais e os trágicos erros que sempre significou o fato de militarizar as estratégias de ajuda externa a nações que sofreram desastres sociais ou naturais. Sendo assim, é necessário estar atentos às propostas providenciais oferecidas pelos saídas e sempre espertos funcionários dos bancos solidários ou as prepotentes ações de guerra com as quais contribuirão os exércitos imperiais mais acostumados a bombardear nações periféricas do que a reconstruir-las.

Mesmo que seja simplista proclamar que as forças da ONU devem se retirar de forma imediata do país, não pode ser menos irresponsável do que deixar de colocar sob estrita avaliação a contribuição efetiva que estas tiveram para a pacificação e a reconstrução de uma nação em ruínas. A educação, uma vez mais, pode ser a chave a partir da qual podemos pensar na edificação de um futuro de liberdade e justiça para este país que iluminou os horizontes de igualdade no nosso continente ao fundar, dar sentido e legibilidade ao abolicionismo anticolonial.

É necessário escavar os escombros amontoados do trágico terremoto. Também é preciso escavar os escombros que existiam antes que a terra começasse a tremer. Quando a ONU instalou a MINUSTAH, essa força estava formada por 6.700 militares, 1622 agentes policiais, 548 funcionários internacionais, 154 voluntários das Nações Unidas e 995 funcionários nacionais. Nenhum professor.

É necessário rever, avaliar, ponderar com cuidado e com rigor sobre o teor da ajuda internacional oferecida ao povo haitiano em matéria educacional. Não apenas porque a aspiração à repetição de más experiências por parte dos organismos internacionais pouco tem ajudado a superar as demandas educacionais dos países mais pobres, mas também porque boa parte dos recursos destinados a estes programas costumam não ser outra coisa que mera pirotecnia propagandística. O Haiti recebia, em 2006, nove dólares por ano de ajuda internacional para a educação básica por cada criança em idade escolar, bem menos que a República Dominicana, que recebia 32 dólares e a Nicarágua, que recebia 97 ou a Guiana, que recebia 52.

Antes do terremoto, apenas alguns poucos países mandaram para o Haiti algo mais do que armas, blindados e uniformes de batalha. Cuba, como sempre, deu seu exemplo de solidariedade, contribuindo com mais de 400 médicos e paramédicos, os quais estavam no país trabalhando arduamente em 11 de janeiro, véspera da tragédia, e puderam contribuir grandemente no socorro e auxílio às vítimas.

O Haiti precisa de ajuda e já precisava muito antes do terremoto. Os furacões e ciclones que arrasaram o país há poucos anos atrás tinham destruído centenas de escolas e não foi feito muito por elas. Quase uma centena de crianças morreu quando uma escola caiu em Porto Príncipe em novembro de 2008. Esse dia a terra não tremeu. A escola caiu simplesmente porque, como quase todas, havia sido mal construída. A notícia durou poucos dias nos jornais e ninguém juntou dinheiro para ajudar às famílias das vítimas. Nem se quer chamou a atenção que esta escola tivesse o nome de “La Promesse”. Dias mais tarde, outro edifício escolar caiu. O assunto deixou de ser notícia porque já sabemos: o que se repete de forma sistemática deixa de ser atrativo em matéria jornalística. E uma vez mais, todos nos esquecemos do Haiti. Novamente, exercendo nossa obsessão pelo esquecimento e nosso habitual desprezo aos mais pobres do planeta.

Assim como nos esquecemos dos soldados do Sri

Lanka que serviam nas forças da ONU e que, graças à corajosa ação de um conjunto de organizações de mulheres haitianas, foram expulsos do Haiti por causa dos repetidos estupros em meninas indefesas, aquelas meninas que eles, os soldados da MINUSTAH, deviam proteger e tratar com respeito e dignidade. Esquecemos-nos dessas meninas e das mulheres que corajosamente as defenderam. Myriam Merlet e Magalle Marcellin, duas dessas grandes militantes, dirigentes das organizações feministas que denunciaram o abuso, foram algumas das tantas vítimas fatais do terremoto de 12 de Janeiro. Quem defenderá as meninas haitianas agora, após a partida daquelas que nós nem sequer chegamos a esquecer, porque nunca chegamos a nos lembrar delas?

A violência sexual era brutal antes do terremoto. Era uma das tantas causas que explicava o abandono escolar por parte das meninas haitianas. A Brigada de Proteção de Menores contava no Haiti, em março de 2008, com 12 agentes em todo o país. Careciam de veículos para seu transporte. Uma catástrofe humanitária em uma nação onde o estupro é e tem sido há muito tempo uma arma política; onde 19 de cada 100 meninas que vivem em Porto Príncipe foram estupradas (Amnistia, 2008). Uma catástrofe humanitária num país onde quase a metade dos lares tem uma mulher como chefe da família. Essas mulheres que gastam quase toda sua renda, quando a têm e quando não a têm, para permitir que seus filhos e filhas possam ir à escola, suspeitando, imaginando, sonhando que ali será possível construir um horizonte de felicidade e prosperidade.

É necessário reconstruir o Haiti com os haitianos, com suas organizações democráticas e populares. Fundar outra vez, a partir do povo e junto ao povo, essa nação autônoma que não acabou de nascer, porque não permitiram. E a educação pode ser uma boa forma de fazê-lo.

Encolhidas na esperança

Na madrugada de 13 de janeiro, um choro estremeceu as ruas de Porto Príncipe. Minutos antes parecia absurdo poder diferenciar um dos milhares de choros que inundavam a cidade, que banhavam com lágrimas de luto e dor, tanta morte e tanta destruição, essa agonia absoluta que nasce das fendas da alma e de uma terra seca que parece querer vingar todos os crimes cometidos contra ela. Numa pequena tenda de campanha, espécie de hospital improvisado sobre os escombros da Cité Soleil, havia nascido uma menina. As lágrimas de sua mãe iluminavam silenciosamente o céu cinza desse pequeno pedaço do mundo, onde se espelham nossas diferenças, nossa impotência e nossa obsessão pelo esquecimento. O choro da menina reinava milagroso nas ruas de Porto Príncipe, enquanto sua mãe a abraçava, ainda marcada pelas feridas dos escombros que a cobriram há poucas horas na escola perto dali. Seu nome será Lu, disse ela ao ouvido de sua filha em um crioulo doce e amoroso. A enfermeira brasileira que fizera o parto fechou os olhos e tentou evitar, mais uma vez, chorar desconsoladamente. A menina teria seu nome como forma de agradecimento. Foi o que a mãe prometera. E ali estavam elas, abraçadas, encolhidas, unidas em suas lágrimas de amor e na esperança de um futuro que, assim como sua pátria querida, também estava nascendo.

Haiti, mais uma vez, apesar de tudo, a utopia.

*Secretário Executivo Adjunto do CLACSO e autor de diversos livros e artigos sobre políticas educacionais e processos de privatização na América Latina. Recentemente, publicou “Desencanto e Utopia. A educação no labirinto dos novos tempos” (Vozes, 2008) e “Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina” (Homo Sapiens, CLACSO, 2009).

Bibliografia

- Anistia Internacional. *“No les demos la espalda. Violencia sexual contra las niñas en Haití”* (11/2008, <http://www.amnesty.org/es>).
- Campanha Latino-americana pelo direito à educação. *“En Haití el derecho a la educación no se cumple”* (29/01/2010, <http://www.latice.org/>).
- Castor, Susy. *“La transición haitiana: entre los peligros y la esperanza”* na Revista OSAL. Buenos Aires, CLACSO, Ano VIII, Nº 23, abril, 2008.
- Foundation Qhasuq. *“Manifiesto por una verdadera educación, de calidad universal, como base para el desarrollo económico y social de Haití”* (29/01/10, http://www.qhasuq.org/manifiesto/index_es.php).
- Galeano, Eduardo. *“Haití: la maldición blanca”* (26/01/2010, <http://www.adital.com.br/>).
- Relatório de Acompanhamento da Educação para todos no Mundo. *“Superar la desigualdad: por qué es importante la gobernanza”*. UNESCO, França, 2009.
- Relatório Direção Geral-UNESCO. *“Aplicación de la Resolución 27 C/21 relativa al llamamiento a favor de un apoyo a Haití”* (21/08/1995).
- Internacional da Educação. *“Haití: 93 muertos en derrumbe”* (19/01/2009, <http://www.ei-ie.org/>).
- Internacional da Educação. *“Hogares y escuelas devastados por los huracanes”* (18/11/2008, <http://www.ei-ie.org/>).
- Internacional da Educação. *“La IE exige al gobierno haitiano que investigue el derrumbe de dos escuelas”* (18/11/2008, <http://www.ei-ie.org/>).
- Louis, Ilionor. *“La mercantilización de la enseñanza primaria en Haití como forma de reproducción de las desigualdades”* Documento de trabalho FLAPE. Fórum Latino-americano de Políticas Educacionais (01/2010, <http://foro-latino.org/>).
- Marin, Maggie. *“Haití: días de horror y tormento”* (27/01/2010, <http://www.adital.com.br/>).
- Pierre-Charles, Gérard. *“Haití: pese a todo la utopía”*. México, Siglo XXI Editores, 1999.
- Quingley, Bill. *“Destruyendo Haití”* (22 de janeiro de 2010, <http://www.rebelion.org/>).
- Sanchez, Giovana. *“Com 12 veces más soldados que o Brasil, EUA usam tática militar no Haiti”* (23/01/2010, <http://G1.globo.com/>).
- Torres Ruiz, Gladis. *“Lamentan fallecimiento de dos mujeres feministas en Haití”* (29/01/2010, <http://www.cimacnoticias.com/>).
- Toussaint, Eric e Sophie Perchellet. *“Haití: ¿Donaciones para pagar una deuda odiosa?”* (18/01/2010, <http://www.quiedebeaquier.org/>).
- UNICEF. *“Estadísticas sobre Haití”* (29/01/2010, <http://www.unicef.org/>).

Os pecados do Haiti

Por Eduardo Galeano*

Ademocracia haitiana nasceu há um instante. No seu breve tempo de vida, esta criatura fainha e doente não recebeu senão bofetadas. Era uma recém-nascida, nos dias de festa de 1991, quando foi assassinada pela quartelada do general Raoul Cedras. Três anos mais tarde, ressuscitou. Depois de ter posto e retirado tantos ditadores militares, os Estados Unidos retiraram e puseram o presidente Jean-Bertrand Aristide, que foi o primeiro governante eleito por voto popular em toda a história do Haiti e que tivera a louca idéia de querer um país menos injusto.

O voto e o voto

Para apagar os rastros da participação norte americana na ditadura sangrenta do general Cedras, os fuzileiros navais levaram 160 mil páginas dos arquivos secretos. Aristide retornou acorrentado. Deram-lhe permissão para recuperar o governo, mas proibiram-lhe o poder. O seu sucessor, René Préval, obteve quase 90 por cento dos votos, porém mais poder do que Préval tem qualquer chefe de quarta categoria do Fundo Monetário ou do Banco Mundial, ainda que o povo haitiano não o tenha eleito nem sequer com um voto.

Mais do que o voto, pode o voto. Veto às reformas: cada vez que Préval, ou algum dos seus ministros, pede créditos internacionais para dar pão aos famintos, letras aos analfabetos ou terra aos camponeses, não recebe resposta, ou respondem ordenando-lhe:

– Recite a lição.

E como o governo haitiano não aprende que é preciso desmantelar os poucos serviços públicos que restam, últimos pobres amparos para um dos povos mais desamparados do mundo, os professores dão o exame por perdido.

O álibi demográfico

Em fins do ano passado, quatro deputados alemães visitaram o Haiti. Mal chegaram a miséria do povo feriu-lhes os olhos. Então o embaixador da Alemanha explicou-lhes, em Porto-au-Prince, qual é o problema: – Este é um país superpovoado, disse ele. A mulher haitiana sempre quer e o homem haitiano sempre pode. E riu. Os deputados calaram-se. Nessa noite, um deles, Winfried Wolf, consultou os números. E comprovou que o Haiti é, com El Salvador, o país mais superpovoado das Américas, mas está tão superpovoado quanto à Alemanha: tem quase a mesma quantidade de habitantes por quilômetro quadrado.

Durante os seus dias no Haiti, o deputado Wolf

não só foi golpeado pela miséria como também foi deslumbrado pela capacidade de beleza dos pintores populares. E chegou à conclusão de que o Haiti está superpovoado... de artistas. Na realidade, o álibi demográfico é mais ou menos recente. Até recentemente, as potências ocidentais falavam mais claro.

A tradição racista

Os Estados Unidos invadiram o Haiti em 1915 e governaram o país até 1934. Retiraram-se quando conseguiram os seus dois objetivos: cobrar as dívidas do City Bank e abolir o artigo constitucional que proibia vender plantações aos estrangeiros. Então Robert Lansing, secretário de Estado, justificou a longa e feroz ocupação militar explicando que a raça negra é incapaz de governar-se a si própria, que tem “uma tendência inerente à vida selvagem e uma incapacidade física de civilização”. Um dos responsáveis da invasão, William Philips, desenvolveu tempos antes a sagaz idéia: “Este é um povo inferior, incapaz de conservar a civilização que haviam deixado os franceses”.

O Haiti fora a pérola da coroa, a colônia mais rica da França: uma grande plantação de açúcar, com mão-de-obra escrava. No *“Espírito das leis”*, Montesquieu explicou sem papas na língua: “O açúcar seria demasiado caro se os escravos não trabalhassem na sua produção. Os referidos escravos são negros desde os pés até à cabeça e têm o nariz tão achatado que é quase impossível deles ter pena. Torna-se impensável que Deus, que é um ser muito sábio, tenha posto uma alma, e sobretudo uma alma boa, num corpo inteiramente negro”.

Em contrapartida, Deus havia posto um açoite na mão do capataz. Os escravos não se distinguiam por sua vontade de trabalhar. Os negros eram escravos por natureza e vagos também por natureza, e a natureza, cúmplice da ordem social, era obra de Deus: o escravo devia servir o amo e o amo devia castigar o escravo, que não mostrava o menor entusiasmo na hora de cumprir com o desígnio divino. Karl von Linneo, contemporâneo de Montesquieu, havia retratado o negro com precisão científica: “Vagabundo, preguiçoso, negligente, indolente e de costumes dissolutos”. Mais generosamente, outro contemporâneo, David Hume, havia comprovado que o negro “pode desenvolver certas habilidades humanas, tal como o papagaio que fala algumas palavras”.

A humilhação imperdoável

Em 1803 os negros do Haiti impuseram uma tremenda derrota as tropas de Napoleão Bonaparte e a

Europa jamais perdoou esta humilhação infligida à raça negra. O Haiti foi o primeiro país livre das Américas. Os Estados Unidos haviam conquistado antes a sua independência, mas tinha meio milhão de escravos a trabalhar nas plantações de algodão e de tabaco. Jefferson, que era dono de escravos, dizia que todos os homens são iguais, mas também dizia que os negros foram, são e serão inferiores.

A bandeira dos homens livres levantou-se sobre as ruínas. A terra haitiana fora devastada pela monocultura do açúcar e arrasada pelas calamidades da guerra contra a França, e um terço da população havia caído no combate. Então começou o bloqueio. A nação recém nascida foi condenada à solidão. Ninguém lhe comprava, ninguém lhe vendia, ninguém a reconhecia.

O delito da dignidade

Nem sequer Simón Bolívar, que tão valente soube ser, teve a coragem de firmar o reconhecimento diplomático do país negro. Bolívar pode reiniciar a sua luta pela independência americana, quando a Espanha já o havia derrotado, graças ao apoio do Haiti. O governo haitiano havia-lhe entregue sete navios, muitas armas e soldados, com a única condição de que Bolívar libertasse os escravos, uma idéia que não havia ocorrido ao Libertador. Bolívar cumpriu com este compromisso, mas depois da sua vitória, quando já governava a Grande Colômbia, deu as costas ao país que o salvava. E quando convocou as nações americanas à reunião do Panamá, não convocou o Haiti, mas convidou a Inglaterra.

Os Estados Unidos reconheceram o Haiti apenas sessenta anos depois do fim da guerra de independência, enquanto Etienne Serres, um gênio francês da anatomia, descobria em Paris que os negros são primitivos porque têm pouca distância entre o umbigo e o pênis. Por essa altura, o Haiti já estava em mãos de ditaduras militares carniceiras, que destinavam os famélicos recursos do país ao pagamento da dívida francesa. A Europa havia imposto ao Haiti a obrigação de pagar à França uma indenização gigantesca, a modo de perdão por haver cometido o delito da dignidade.

A história do assédio contra o Haiti, que nos nossos dias tem dimensões de tragédia, é também uma história do racismo na civilização ocidental.

18/Janeiro/2010

*Eduardo Galeano é jornalista e escritor uruguai. É autor de dezenas de livros, que já foram traduzidos em diversos idiomas.

Reembaralhando as cartas após o 12 de janeiro

Por Suzy Castor*

Centre de Recherche et de Formation Economique et Social pour le Développement (CRESFED)

À memória do professor Jean Anil Louis-Juste, cruelmente assassinado poucas horas antes do terremoto

Todos nós somos sobreviventes do dia 12 de janeiro de 2010. Trinta e três segundos deste terremoto da magnitude de 7 graus na escala Richter resultaram em um balanço catastrófico: 200 mil mortos, 250 mil feridos, mais de 4 mil mutilados físicos, milhões de pessoas psicologicamente traumatizadas, 1,5 milhão de novos desabrigados, mais de 500 mil refugiados, perdas materiais e danos em níveis individual, familiar, coletivo e nacional.

Um tremor de terra estarrecedor

Cada haitiano da região metropolitana e das comunidades vizinhas gravou em sua memória aquele momento que durou um piscar de olhos e deixou marcas indeléveis. Lembramo-nos dos mínimos detalhes dos fatos e das sensações daquele momento... Ainda meditamos sobre aquele minuto, aquela decisão, aquele gesto que foi feito ou não e que selou a diferença entre a vida e a morte... Perseguem-nos tenazmente os apelos sem resposta da busca por um ente querido, a esperança mesmo diante das evidências, a angústia de não poder retirar com vida aqueles que ainda se comunicam sob os escombros, o desabamento de casas, de prédios, de casebres, frutos de tantos sacrifícios, que levaram, irremedavelmente, as lembranças de toda uma vida, diante dos olhos assombrados dos sobreviventes que exprimem a sua confusão e as suas interrogações... As perdas não materiais, ainda impossíveis de se avaliar, aprofundam ainda mais o vazio que todos nós sentimos. A descoberta do terror, que com pudor ou como efeito teatral se revelou e ainda se revela a nós, pouco a pouco, em toda a sua dimensão... E a vida deve continuar, apesar das frustrações, das dores, das carências de todo tipo e, sobretudo, do abismo provocado pela ausência dos entes queridos, estas feridas vivas e esta tristeza contida que nos envolve.

Tiremos o chapéu à solidariedade inter-haitiana! Se apesar da ausência do governo, da MINUSTAH, da polícia nacional, dos bombeiros, da ajuda internacional, o país pôde sobreviver ao caos dos quatro longos (muito longos) primeiros dias; se o fogo e a violência não eclodiram imediatamente após esta catástrofe natural; se, apesar de tudo, a vida continuou e se organizou, foi graças a esta solidariedade e até mesmo ao heroísmo de um grande número de haitianos de todas as idades e de todas as classes sociais. Independentemente de qualquer tipo de organização, e literalmente de mãos vazias, brigadas de cidadãos e de socorristas voluntários se uniram para o salvamento dos sobreviventes sob os escombros ou para prestar assistência aos feridos, munidos de poucos recursos e de muita engenhosidade. Lençóis brancos, surgidos não se sabe de onde, tentaram em vão conferir uma certa dignidade a esses milhares de cadáveres de pais, amigos ou simplesmente desconhecidos.

Em meio a este desabamento apocalíptico da ci-

dade e dos símbolos estatais, muitos de nós, talvez por inocência e até mesmo ingenuidade, sonhamos na madrugada do dia 13 de janeiro em ver o Presidente de pé diante do palácio nacional gravemente dilapidado, acompanhado dos representantes do governo e de todos os antigos presidentes da república que viveram na carne a tortura desses segundos. Desejávamos tanto, em meio à nova provação, ouvir um pronunciamento à nação nos convocando a estreitar as fileiras, a mobilizar todas as forças para salvar a pátria em perigo, anunciar imediatamente medidas de apoio com nossos fracos recursos, lembrar-nos que formamos uma única nação e um único país, e afirmar com convicção que nesta nova etapa de nossa vida como povo, nada poderia continuar como antes de 12 de janeiro... Que lástima!

Em lugar do Presidente, nós nos vimos diante do representante especial das Nações Unidas, Heidi Annabi, dos cerca de 200 profissionais veteranos ou novos, civis ou militares oriundos de 25 países, deslocados do quadro de sua missão internacional. O clamor e a solidariedade dos governos e dos povos se ergueu de forma extraordinária. O apoio dos amigos do exterior nos transmitiu muita força a todo instante. As vozes da vizinha República Dominicana, de Cuba, da América do Norte, do Canadá, da América Latina, da Europa, e dos quatro cantos do mundo, uniram-se ao Haiti em sua dor, e se engajaram imediatamente na busca de uma expressão ativa de apoio a este país irmão.

A primeira fase imediatamente após o abalo, que envolvia o resgate dos sobreviventes sob os escombros, passou. Mesmo que tenham ocorrido fatos incríveis, como o de um bebê retirado com vida das entradas de um edifício em ruínas depois de 10 dias, ou dos sobreviventes resgatados após 14 dias, neste momento podemos afirmar que não há mais vida sob os escombros. Agora, inicia-se a longa estrada de uma nova etapa dessa situação emergencial, que envolvem a reabilitação e reconstrução imediatas, e também a curto e médio prazo.

A destruição material atingiu níveis inesperados. A reconstrução dos edifícios públicos (o palácio presidencial, o palácio legislativo e o palácio de justiça, os ministérios, entre outros), das escolas, das igrejas, dos estabelecimentos comerciais, das usinas, das residências privadas, tanto nas favelas quanto nos bairros de classe média e alta, que foram destruídos, para mencionar apenas alguns, exigiram enormes recursos financeiros. As perdas em vidas humanas representam o balanço mais significativo, uma vez que cada vida é insubstituível. Entretanto, é necessário evidenciar o desaparecimento de centenas de administradores experientes e de funcionários treinados de cargos públicos permanentes do país. Além disso, o êxodo maciço imediato escoou para o exterior, talvez de forma definitiva, milhares de profissionais, jovens universitários, estudantes e alunos. A falta de

recursos humanos que sofre o Haiti, acelerada a partir de 12 de janeiro, exercerá um forte impacto sobre o futuro da nação.

Em meio a um milhão e meio de desabrigados, as fontes de trabalho nos setores formais e informais desapareceram. Mas o impacto do terremoto não se limitou à região metropolitana, e atingiu profundamente todo o país. De fato, a metrópole de Porto Príncipe, com sua população impossível de se administrar, despejou, espontaneamente a princípio, e depois incentivada pelo governo, cerca de 500.000 refugiados nas províncias. Assim, evidenciou-se a ausência de alojamentos, infraestruturas e serviços, revelando as grandes limitações administrativas e financeiras de nossas cidades. E já se podem prever problemas ainda maiores, inerentes a esta nova situação, se desde já as medidas adequadas para evitá-los não forem tomadas imediatamente. A descentralização está se impondo espontaneamente. Mas como administrá-la?

Tudo muda para os atores

Esta catástrofe que ultrapassa em magnitude tudo que se poderia imaginar foi um agente revelador das falhas políticas e sociais. Há muito tempo, os repetidos avisos dos especialistas e leigos previam o pior, caso nenhuma medida fosse adotada. A construção sem controle das ricas mansões e dos casebres miseráveis nas encostas das montanhas e a proliferação da miséria nos barrancos dados à erosão, desafiando todas as regras de construção e de urbanismo; a insalubridade, a destruição das florestas, a exploração desenfreada das pedreiras da colina 'l'Hôpital', formavam o conjunto de condições de uma morte anunciada da região metropolitana.

A solução dos problemas, é verdade, compete a todos os cidadãos, mas é incumbência primeiramente do poder público. No momento do terremoto, ainda que aceitemos conceder ao presidente e aos seus ministros o benefício do choque paralisante do primeiro momento – incontestavelmente inaceitável em se tratando de dirigentes – é mais do que hora de vermos a retomada da situação pelo Estado e a adoção das medidas exigidas pela nova situação. A incapacidade de nossos dirigentes em prever e administrar a catástrofe, assim como sua completa dependência de ajuda externa, ficaram claras. Não houve nenhuma orientação para a administração da ajuda humanitária, nenhum plano de urgência... Embora após 16 de janeiro certas medidas pouco a pouco começaram a ser adotadas, por outro lado, um plano estratégico governamental coerente de reconstrução do país e acima de tudo o apelo a todas as forças da nação, rejeitando toda posição de partidos e de interesses grupais, ainda não foram definidos até esta data.

Elegemos um presidente por cinco anos e seu mandato termina em 7 de fevereiro de 2011, ou seja, trezentos e setenta e quatro dias após este 12 de ja-

neiro! É preciso haver uma retomada real do presidente e do governo, do contrário, o aguilhão das pressões da população deverá obrigar-lhos a tomar as medidas indispensáveis, algumas das quais podem ser impopulares. Em meio a este momento histórico, o presidente deverá definir o seu papel, manifestar a sua liderança e assegurar a condução do país. Impõe-se para ele a necessidade de reunir a nação, orientar a visão da construção e reconstrução de nossas infraestruturas e estruturas, e o planejamento do futuro. Ele deve assumir, se for o caso, o remanejamento do atual governo, e tomar a iniciativa de submeter formalmente uma proposta aos partidos políticos, aos diversos setores da sociedade civil e à população em geral.

Talvez não seja falso afirmar que o mais difícil nos espera e que a reconstrução e construção, somadas à nossa longa crise estrutural, serão longas... Os partidos políticos e a sociedade civil organizada, que apesar dos ventos e das marés, incompreensões, avanços e recuos, realizaram a pesada tarefa de sua estruturação, devem abordar, de forma consensual com o governo, esta conjuntura que exige muita visão, sacrifício e renúncia.

A fragilidade dos partidos políticos é patente. O movimento de reagrupamento iniciado (finalmente!) depois de algum tempo, encontrou um catalisador para chegar a oferecer, apesar dos diferentes interesses, uma alternativa à nação. Ausentes durante o pós-cataclisma imediato, eles devem ser reconstruídos dentro de uma parceria com a população, particularmente neste momento de extremo sofrimento, dando a conhecer seu programa e seu projeto social dentro de uma linguagem acessível a todos os setores, já que no mundo contemporâneo a comunicação continua sendo um instrumento primordial. Convertidos em interlocutores a serviço do executivo e do setor internacional, suas propostas (por exemplo, os 16 pontos apresentados pela Alternativa) e seu guia para a construção deverão orientar, sempre no interesse da nação, a adoção de medidas para a solução dos problemas cruciais do país.

A sociedade civil organizada também esteve ausente e também é frágil. Contudo, este momento “pós-abalo” lhe oferece a oportunidade de adotar uma postura dinâmica, de se organizar em setores para oferecer propostas capazes de assegurar o bom andamento da reconstrução nos seus diferentes aspectos. A sinergia construtiva com os partidos políticos abrirá o caminho para discussões frutíferas, orientações pertinentes, e para a plena participação nesse empreendimento que, além dos seus aspectos materiais, envolve o nascimento de uma nova sociedade. E sobre este ponto, ninguém deve se enganar: nada poderá ser como antes de 12 de janeiro. Para sair desta crise multiforme que afeta há tanto tempo a sociedade haitiana, as rupturas são mais obrigatórias do que nunca. Ao longo deste percurso se construirá a liderança individual e coletiva indispensável que tanta falta nos faz.

É necessário repetir que o Haiti não pode enfrentar de forma eficaz, nem a urgência da catástrofe nem a reconstrução, sem a ajuda do setor internacional – qual, aliás, manifestou-se de forma multiforme e extraordinariamente comovente, chegando inclusive a proporcionar situações inéditas. Um exemplo foi o caso de Cuba, que abriu seu espaço aéreo para os aviões militares americanos. Por outro lado, a militarização da ajuda humanitária e a chegada dominante – exacerbada e até mesmo irritante – dos 16.000 fuzileiros navais americanos para acompanhar a ajuda humanitária nos faz refletir e até levanta suspeitas, o que, todavia, não nos autoriza a compartilhar da opinião daqueles que falam em ocupação, a menos que houvesse dados ainda desconhecidos dos haitianos em geral. Com certeza houve deslizes desde os primeiros dias no que se refere à administração do aeroporto e os protestos,

particularmente de França, Cuba e Brasil, e também na distribuição da ajuda. Apesar das vozes que reivindicam o protetorado ou a ocupação do Haiti, alguém poderia pensar que a nova ordem mundial não se prestaria a um comportamento semelhante na América Latina.

No entanto, uma realidade salta aos olhos. O vazio provocado pela ausência do Estado e do governo alimentou a tutela dissimulada vivida pelo Haiti. Onipresente e toda-poderosa, a comunidade internacional em seus diversos aspectos (embaixadas, instituições internacionais civis ou militares, ONGs estrangeiras), frequentemente se vê impotente diante desse vazio. Infelizmente, porém, vários deles aproveitam-se dessa ausência para agir como bem entendem. Mais uma vez, o pós 12 de janeiro oferece uma oportunidade de se corrigir essa situação. Em coordenação com os partidos políticos e a sociedade civil, o poder haitiano pode se tornar um interlocutor válido, com um plano estratégico para orientar a cooperação. Somente assim poderemos evitar o agravamento da situação de dependência e dar à cooperação internacional o seu verdadeiro sentido.

É bom assinalar que o Haiti, por motivos históricos ou outros, desempenha um papel particular na política interna de três países. A política americana, tradicionalmente heterogênea, poderia impor a visão do Pentágono ao Executivo. O sucesso ou o fracasso dessa incursão militar pós-sismo teria impacto sobre a eleição do Presidente Obama. Por outro lado, o presidente Leonel Fernandez da República Dominicana, ao adotar prontamente e rapidamente nesta circunstância uma política que busca abrir uma nova página nas relações Haiti-República Dominicana, parece ter surpreendido os ‘nacionalistas’ dominicanos. Será necessário acompanhar com atenção esta nova configuração que se delineia. Enfim, o Brasil do Presidente Luiz Inácio da Silva apostou no Haiti para reforçar sua política internacional, e ainda para reforçar os vínculos culturais e afro-americanos que unem os dois países.

É preciso reembaralhar as cartas

Os grandes desastres podem provocar grandes abalos políticos e sociais e representam, com frequência, uma reviravolta na vida dos povos. O terremoto de 1972 em Manágua (Nicarágua), deixou um rastro de destruição na cidade e cerca de 6.000 mortos e 20.000 feridos, provocando um verdadeiro tremor de terra político para o regime Somozista, que não esteve à altura da situação. Assim, a crise nacional se aprofundou e contribuiu para reforçar o movimento sandinista que estava determinado a vencer em julho de 1979. Do mesmo modo, a administração inadequada do violento tremor de terra que destruiu, em setembro de 1985, a cidade central do México, também marcou o início da perda de hegemonia do PRI que, sancionado durante as eleições de 1988, conheceu sua primeira derrota eleitoral em 2000 com a perda do poder após um reinado de mais de 71 anos. Pode-se citar também a evolução da situação após o tremor de terra na Guatemala, em setembro de 1976; a avalanche de lama do vulcão ‘Nevado del Ruiz’ na Colômbia, em novembro de 1985; o terremoto de El Salvador em janeiro de 2001; e, enfim, o furacão Katrina em Nova Orleans, em agosto de 2005, que teve forte repercussão sobre o governo Bush e o partido republicano nos Estados Unidos. No Haiti, se a administração da situação de emergência após o tremor não atender com eficácia os 600 campos de refugiados que surgiram espontaneamente na zona metropolitana e não solucionar os problemas dos refugiados na província, as explosões sociais, rapidamente convertidas em rebeliões políticas, podem vir a ser motivo de temor.

É verdade que, em meio a esta reviravolta, as medidas de correção são mais difíceis. Com a perda, em grande parte, do pouco que tínhamos, o país sofreu um grande golpe. Camadas ainda mais numerosas da população estarão em um estado de total privação, e as disparidades sociais se aprofundarão ainda mais. Contudo, também nos é oferecida uma oportunidade. Desejamos ardente mente que este 12 de janeiro marque um novo começo para nossa nação. Mas não devemos ignorar o fato de que as oportunidades nem sempre dão surgimento a uma nova vida. Em nossa história recente, as conjunturas portadoras de esperança de 1986, 1991 e 2004 resultaram em oportunidades perdidas que marcaram as vicissitudes e o prolongamento da crise da transição haitiana dos últimos 24 anos. As oportunidades não se transformam em realidade espontaneamente, elas exigem condições e ações.

Vemos que a estrada será longa e talvez muito difícil, se tomamos por base as características de nossa evolução recente: a negligência, a ausência do Estado, a satisfação de interesses próprios, as contínuas disputas, a corrupção, a incapacidade de um acordo, a exclusão social e o velho discurso, de ser sempre citado como o país mais pobre, mais corrupto, mais dependente, mais incapaz, etc. A continuidade nos levará ao abismo. Diversos cidadãos, considerando o comportamento atual de certos atores chaves do momento presente, questionam-se angustiados e duvidam do sonho de uma reconstrução grandiosa, de que o Haiti conseguirá aproveitar essa oportunidade para entrar no século XXI com uma população de pé e unida, envolvendo desde o Estado haitiano até os governos estrangeiros, desde o setor privado até à diáspora haitiana, desde as ONGs até os setores populares e de classe média. Se isso não acontecer, será nosso destino nos instalar em uma anormalidade convertida em normalidade, como no caso de Gonaïves e Fonds Verrettes?

Quando os jornalistas das grandes cadeias internacionais de televisão partirem e as luzes das câmeras se apagarem sobre o Haiti, outros acontecimentos atrairão a atenção do mundo e ocuparão as páginas dos noticiários internacionais. O momentum Haiti desaparecerá pouco a pouco. Mas a cooperação internacional e a solidariedade dos amigos do Haiti permanecerão firmes. Entretanto, as melhores iniciativas, que sem dúvida alguma podem ser boas em si – a nomeação de Bill Clinton como enviado especial das Nações Unidas para o Haiti e chefe da reconstrução; diversas conferências dos financiadores de fundos no exterior; os consórcios dos países amigos; os milhares de dólares recolhidos para a reconstrução; a constituição de fundos para o desenvolvimento da educação, da saúde, etc. –, na falta de um interlocutor válido, acontecerão sem o ator haitiano e não poderão dar nem o seu verdadeiro sentido nem a sua profundidade a esta reconstrução. De fato, se não acontecerem mudanças de concepção, comportamento e mentalidades, a reconstrução física do país, na melhor das hipóteses, será obra, TALVEZ do governo internacional que substituirá o Estado haitiano.

Passados 206 anos da conquista da independência, cabe aos haitianos encarar esta pesada responsabilidade histórica de converter uma oportunidade em realidade e reconstruir uma nação que, com dignidade, retomará o seu lugar no conselho das nações e realizará o sonho bicentenário que atravessou toda a nossa história como povo: a plena cidadania para todos os haitianos.

6 de fevereiro de 2010

*Socióloga haitiana. Doutora em História. Diretora do Centro de Formação e Pesquisa econômico-social para o Desenvolvimento (CRESFED-Haiti).

SOLIDARIEDADE AO HAITI

Fundo Gérard Pierre-Charles de Apoio à Reconstrução de Instituições Educacionais no Haiti

www.clacso.net/haiti

O Fundo Gérard Pierre-Charles foi criado pela Secretaria Executiva do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) para contribuir de forma solidária com a reconstrução de instituições educacionais que foram devastadas e destruídas como consequência do terremoto sofrido pelo Haiti no dia 12 de janeiro de 2010.

O Fundo leva o nome de Gérard Pierre-Charles (1935-2004), um dos mais destacados intelectuais haitianos e lutador incansável pelos direitos humanos e pela democratização de seu país.

O CLACSO realizou uma primeira contribuição de USD 50.000 (cinquenta mil dólares) para o Fundo Gérard Pierre-Charles de Apoio à Reconstrução das Instituições Educacionais no Haiti.

Quem pode colaborar?

Todas as pessoas, grupos de pessoas, instituições, movimentos e organizadores interessados em apoiar o objetivo do Fundo.

Como colaborar?

Com doações em dinheiro ou outro tipo de contribuições, as quais serão aplicadas à reconstrução de instituições educacionais haitianas.

Como será administrado o Fundo?

A Secretaria Executiva e o Comitê Diretivo do CLACSO serão responsáveis por levar adiante as ações de captação de recursos e apoios solidários, que serão distribuídos em instituições educacionais haitianas de acordo com prioridades que serão estabelecidas por uma Equipe de Trabalho coordenado pela Dra. Suzy Castor, do Centre de la Recherche et de Formation Economique et Sociale pour la Développement (CRESFED, Porto Príncipe, Haiti).

CLACSO certificará cada contribuição e apresentará um relatório detalhado a respeito da utilização dos recursos, distribuído para sua comunidade de instituições associadas, todos os doadores e para o público em geral.

Depósitos

Nome do titular da conta: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Nome da Conta: Solidariedade ao Haiti

Número da conta: 20381904176000215767

Banco Caja Madrid

Endereço do banco: CALLE MAYOR, 46 – 28013 – Madrid – ESPAÑA

BIC/SWIFT: CAHMEESMMXXX

UID: 153837

IBAN: ES11 2038 1904 1760 0021 5767

Banco Itaú

Nome da Conta: ALPAC - Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural

Banco Itaú (341) – Agência: 0416 – Número da conta corrente: 48100-0

CNPJ: 05.742.347/0001-23

Contribuições com Cartão de Crédito: www.clacso.net/haiti

O Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição internacional, não governamental, que promove a pesquisa e a formação acadêmica de pesquisadores/as e de instituições provenientes de países ibero-americanos. Fundada em 1967, atualmente reúne 270 centros de pesquisa e programas de pós-graduação em 25 países da América Latina, Caribe, Europa e Estados Unidos.

Comitê Diretivo

Carmen Caamano Morúa (Costa Rica), Eduardo Toche Medrano (Peru), Gabriel Misas Arango (Colômbia), Gerardo Caetano (Uruguai), Guillermo Gómez Santibañez (Nicarágua), Ingrid Sarti (Brasil), Jenny Nathaly Torres Gómez (República Dominicana), Jesús Redondo Rojo (Chile), José Vicente Tavares dos Santos (Brasil), Julio César Gambina (Argentina), Luciano Concheiro (México), Luis Tapia (Bolívia), Olga María Zarza (Paraguai), Carlos Barba (México), Pablo Andrade (Equador) e Suzy Castor (Haiti).

Secretaria Executiva

Emir Sader (Secretário Executivo), Pablo Gentili (Secretário Executivo Adjunto)